



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2018.0000765705

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação nº 1009019-43.2016.8.26.0037, da Comarca de Araraquara, em que é apelante FERNANDO AUGUSTO BRUNETTI (JUSTIÇA GRATUITA), é apelado TELSON BEZERRA DE ARAÚJO, LEGALMENTE LINTERDITADO (JUSTIÇA GRATUITA).

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da 26ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Deram provimento em parte ao recurso. V. U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores FELIPE FERREIRA (Presidente) e ANTONIO NASCIMENTO.

São Paulo, 1º de outubro de 2018.

Vianna Cotrim
Relator
Assinatura Eletrônica

APELANTE: FERNANDO AUGUSTO BRUNETTI
APELADO: TELSON BEZERRA DE ARAÚJO
COMARCA: ARARAQUARA - 6ª VARA CÍVEL

EMENTA: Acidente de trânsito - Ação indenizatória - Incapacidade relativa não evidenciada - Isenção ou mitigação da responsabilidade civil descabida - Submissão do requerido à perícia médica dispensável - Materialidade do sinistro e culpa do réu incontroversas - Pensão devida ao autor em caráter vitalício - Danos morais reduzidos - Apelo provido em parte.

VOTO Nº 40.394 (Processo digital)

Ação indenizatória, derivada de acidente de trânsito, julgada extinta sem resolução de mérito em virtude da homologação da desistência contra Antonio José da Silva e procedente contra Fernando Augusto Brunetti, tudo pela sentença de fls. 574/578, relatório adotado.

Apelou o réu, buscando a anulação ou reforma da decisão. Afirmou que é dependente químico e ébrio habitual, daí a sua incapacidade relativa. Disse que essa condição não foi informada no âmbito criminal e por certo influiria na culpabilidade, sendo necessária a elaboração de perícia médica. Discorreu amplamente sobre o tema, alegando que sua defesa foi prejudicada, sendo nula a sentença. Protestou pelo afastamento de sua responsabilidade civil e, por conseguinte, da condenação imposta. Pediu a redução dos danos morais e brandiu contra o arbitramento de pensão de caráter vitalício em favor do autor, haja vista sua condição física e financeira.

Processado o recurso, com contrarrazões, subiram os autos, sobrevindo a apresentação de parecer ministerial.

É o relatório.

A discussão pendente na seara recursal restringe-se à responsabilidade do requerido em razão de alegada incapacidade relativa, ao valor dos danos morais e ao cabimento, ou não, de pensionamento em caráter vitalício.

A questão atinente à dependência química e alcoólica do apelante não foi aventada no decorrer do processo, tampouco comprovada.

Mas ainda que fosse reconhecida a incapacidade relativa do requerido por tal motivação, isso não influi na culpabilidade civil, nem mesmo isenta ou mitiga a responsabilidade daquele que pratica ato ilícito sob a influência de álcool.

A esse respeito, como bem ponderou o ilustre Promotor de Justiça em seu parecer, *verbis*:

“Por fim, saliento que a alegação de dependência química e desemprego do apelante não pode servir como justa causa para isentá-lo do dever de indenizar ou reduzir o valor da condenação, ainda mais por inexistir provas da sua incapacidade para o trabalho.” (fls. 633)

Nesse contexto, inexistente nulidade na sentença, sendo totalmente descabido o retorno dos autos à origem para que o recorrente seja submetido à perícia médica.

No caso em tela, restaram incontroversas a materialidade do acidente e a culpa do réu pela colisão com a bicicleta do autor, porquanto apuradas em sede de ação penal transitada em julgado.

Assim, incumbe a ele indenizar o autor pelos danos sofridos no sinistro a que deu causa.

A admissibilidade do arbitramento de pensão mensal ao apelado é indiscutível, visto que ele ficou totalmente incapacitado à prática de qualquer atividade laborativa em razão das graves sequelas provenientes do acidente.

Logo, fica mantido o pensionamento mensal em caráter vitalício em favor do autor, nos exatos moldes estipulados na sentença.

Por outro lado, é devida indenização por danos morais, como forma de reparar o mal ocasionado ao autor que, em decorrência do acidente, sofreu fratura exposta e traumatismo craniano, tendo permanecido internado por 37 dias, sendo 10 na UTI, sobrevivendo incapacidade laborativa permanente, perda da função dos membros inferiores e da função intelectual, pois depende da ajuda de terceiros para realizar atividades vitais básicas como alimentação e higiene pessoal (fls. 22/23), experimentando dor e amargura, com reflexo no estado psicológico.

A dosimetria deve considerar a natureza do dano, a gravidade da culpa, as condições pessoais dos litigantes e, também, o caráter pedagógico da reprimenda, de maneira a evitar novos abusos, sem, contudo, configurar enriquecimento sem causa do beneficiário.

No dizer de Rui Stoco:

“Segundo nosso entendimento, a indenização da dor moral, sem descurar desses critérios e circunstâncias que o caso concreto exigir, há de buscar, como regra, duplo objetivo: caráter compensatório e função punitiva da sanção (prevenção e repressão), ou seja: a) condenar o agente causador do dano ao pagamento de certa importância em dinheiro, de modo a puni-lo e desestimulá-lo da prática futura de atos semelhantes; b) compensar a vítima com uma importância mais ou menos aleatória, em valor fixo e pago de uma só vez, pela perda que se mostrar irreparável, ou pela dor e humilhação impostas.

Evidentemente, não haverá de ser tão alta e despropositada que atue como fonte de enriquecimento injustificado da vítima ou causa de ruína do ofensor, nem poderá ser inexpressiva a ponto de não atingir o objetivo colimado, de retribuição do mal causado pela ofensa, com o mal da pena, de modo a desestimular o autor da ofensa e impedir que ele volte a lesar outras pessoas. Deve-se sempre levar em consideração a máxima “indenizar ou compensar sem enriquecer” (“in” Tratado de Responsabilidade Civil - Doutrina e Jurisprudência - Editora RT, 8ª edição, pág. 1927).

Diante das circunstâncias que envolveram o episódio e levando em conta as condições econômicas do requerido, a indenização por danos morais fixada em R\$ 100.000,00 não deve prevalecer, sob pena de se desviar da perspectiva contida nos pressupostos atrás mencionados, sendo imprescindível a diminuição da indenização por danos morais para R\$ 70.000,00, a ser acrescida dos encargos legais, conforme estabelecido pela sentença.

Finalmente, em atenção ao disposto no artigo 85, § 11, do Código de Processo Civil de 2015, majoro os honorários advocatícios para 12% do valor da condenação atualizado, observada a suspensão da exigibilidade



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

atinente à gratuidade processual.

Ante o exposto e por esses fundamentos, dou parcial
provimento ao recurso.

VIANNA COTRIM
RELATOR